

Exmo. Sr. Secretário de Planejamento Urbano da Cidade do Recife

Sr. Antônio Alexandre

(nome ocultado, brasileira, solteira, portadora de cédula de identidade de nº 5119755 SDS/PE, vem, por meio deste, apresentar o presente pedido de informação:

Considerando que a Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011) em seu art. 10, § 5º garante que a informação armazenada em formato digital poderá ser fornecida nesse formato caso seja solicitado pelo requerente e o inciso III, do § 3º do art. 8º assegura que a informação seja disponibilizada em formato aberto, estruturados e legíveis por máquina;

Considerando que Prefeitura da Cidade do Recife efetivou a transcrição das gravações das audiências públicas e das reuniões do Conselho da Cidade do Recife que trataram das questões relativas ao Cais José Estelita e ao Projeto Novo Recife, uma vez que as mesmas foram anexadas como documentos de defesa na Ação Civil Pública de nº 0025474-97.2015.8.17.0001;

Considerando que a Prefeitura da Cidade do Recife realizou sistematização das propostas das audiências de acordo com planilha anexada no processo acima mencionado;

Considerando o grande volume de papel necessário para fazer cópia física do material mencionado e a responsabilidade ambiental de todas e todos cidadãos e cidadãs.

Solicito cópia digital dos seguintes documentos:

- Transcrições das audiências públicas realizadas nos dias **17.07.2014** (Diretrizes Urbanísticas visando redesenho do Projeto Novo Recife), **27.11.2014** (Redesenho do Projeto Novo Recife), **19.02.2015** (Minuta do Projeto de Lei - Cais Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga);
- Transcrições das reuniões do Conselho da Cidade do Recife realizadas nos dias **30.01.2015, 06.03.2015 e 19.03.2015**;
- Das 297 contribuições apresentadas por escrito pela sociedade em decorrência da audiência pública realizada no dia **17.07.2014**;
- Da sistematização das propostas de diretrizes urbanísticas apresentadas oralmente e por escrito em decorrência audiência pública realizada no dia **17.07.2014**.

Por fim, em cumprimento ao art. 11 da Lei nº 12.527/2011, o acesso às informações requisitadas deve ser imediato. Não sendo possível o acesso imediato, a resposta, em conformidade com o referido artigo, deve ser expedida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados do protocolo deste requerimento junto a esta Secretaria.

Atenciosamente,